

Começa a análise do orçamento

por Marcos Magalhães
de Brasília

A Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional deu a partida ontem a seus trabalhos de apreciação do projeto de lei orçamentária para 1989, enviado pelo Poder Executivo. Satisfeito com a presença de mais da metade dos sessenta parlamentares da comissão, o deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), presidente do colegiado, recomendou a todos o equilíbrio para a análise do projeto.

“Não podemos ser contra nem a favor do governo”, pregou o deputado a uma plateia desacostumada ao poder de influir no destino das verbas públicas, há duas décadas prerrogativa exclusiva do Poder Executivo. “Nós precisamos ser independentes”, disse.

Na próxima quarta-feira, deve ser lida, em sessão do Congresso Nacional, a mensagem do governo. A partir de sua publicação, cinco dias depois, começa a correr o prazo de vinte dias para que os sessenta deputados e senadores apresentem emendas ao projeto de orçamento. O presidente da comissão, deputado Cid Carvalho, o relator-geral, senador Almir Gabriel (PMDB-PA), e o relator-geral adjunto, deputado José Serra (PSDB-SP), se pronunciarão sobre a correção das emendas.

Aos 36 relatores de anexos caberá a análise do mérito de cada uma delas.

Eles deverão emitir um parecer, que será julgado pelo plenário. Até o dia 30 de novembro, a comissão terá concluído seus trabalhos. Caberá então aos 559 deputados e senadores julgar a proposta do governo já devidamente estudada — até o dia 15 de dezembro.

A partir da promulgação da Constituição, prevista para o início de outubro, os parlamentares já contarão com a possibilidade de emendar o orçamento elaborado pelo governo. O novo texto procurou estabelecer uma situação intermediária entre o poder quase absoluto de emendar inscrito na Constituição de 1946 e as limitadíssimas possibilidades da Carta em vigor.

A primeira condição para que uma emenda possa ser aprovada e que ela obedeça o plano plurianual e à lei de diretrizes orçamentárias, instrumentos ainda não postos em prática, mas previstos na Constituição. A segunda condição é a indicação dos recursos necessários ao objetivo da emenda, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa. Por último, são permitidas emendas para corrigir erros ou omissões.

A distribuição de 36 deles — os outros, 21 dos quais serão sub-relatores de anexos, a quarta repartição da comissão mista, ainda aguardam uma colocação — pelos cargos da comissão está na tabela ao lado.

Novo “esforço concentrado”

A Câmara e o Senado realizam um esforço concentrado na próxima semana, a partir de terça-feira (dias 13, 14 e 15) para a votação de inúmeras matérias, que estão pendentes de decisão, em face das poucas reuniões realizadas pelas duas Casas durante os trabalhos de elaboração da nova Constituição. De acordo com a Radiobrás, os presidentes do Senado, senador Humberto Lucena, e da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, convocaram senadores e deputados para estarem em Brasília para as sessões da próxima semana.

O presidente do Senado e do Congresso, senador Humberto Lucena, disse que na quarta-feira (14), às 10 horas, realizará sessão do Congresso (Câmara e Senado) para a leitura do orçamento da União para 1989 e também para a leitura de 23 decretos-leis do Executivo. Na quinta-feira, o Congresso realiza sessão também às 10 horas para prestar homenagem pela passagem do centenário do nascimento do ex-presidente Nereu Ramos.

Na segunda-feira, segundo o presidente do Senado, haverá sessão do Senado para a leitura de mensagens presidenciais, entre elas a que indica o ministro Almir Pazzianoto, do Trabalho, para o Tribunal Superior do Trabalho.

COMISSÃO MISTA DE ORÇAMENTO

Presidente: deputado Cid Carvalho (PMDB-MA)
Relator-geral: senador Almir Gabriel (PMDB-PA)
Subrelator-geral: deputado José Serra (PSDB-SP)

1. Poder Legislativo

- 1.1. Câmara dos Deputados: deputado Wagner Lago (PMDB-MA)
- 1.2. Senado Federal: senador Maurício Corrêa (PDT-DF)
- 1.3. Tribunal de Contas da União: deputado José Luiz de Sá (PL-RJ)

2. Poder Judiciário

Deputado Nelson Gibson (PMDB-PE)

3. Poder Executivo

- 3.1. Presidência da República (parte geral): deputado Délio Braz (PMDB-GO)
- 3.2. Presidência da República (Secretaria Executiva do Programa Nacional de Irrigação): deputado José Maranhão (PMDB-PB)
- 3.3. Ministério da Aeronáutica: senador Álvaro Pacheco (PFL-MA)
- 3.4. Ministério da Agricultura: deputado João Agripino Neto (PMDB-PB)
- 3.5. Ministério das Comunicações: deputado Ismael Wanderley (PMDB-RN)
- 3.6. Ministério da Educação: senador João Calmon (PMDB-ES)
- 3.7. Ministério do Exército: deputado Paes Landim (PFL-PI)
- 3.8. Ministério da Fazenda: deputado Felipe Mendes (PDS-PI)
- 3.9. Ministério da Indústria e do Comércio: deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG)
- 3.10. Ministério do Interior (parte geral, Funai, territórios): deputado Marcos Queiroz (PMDB-PE)
- 3.11. Ministério do Interior (Sudene): senador Chagas Rodrigues (PMDB-PI)
- 3.12. Ministério do Interior (Sudam, Suframa, Sudeco): senador Leopoldo Perez (PMDB-AM)
- 3.13. Ministério da Justiça: aguarda definição
- 3.14. Ministério da Marinha: senador Raimundo Lira (PMDB-PR)
- 3.15. Ministério das Minas e Energia: deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA)
- 3.16. Ministério da Previdência e Assistência Social: deputado Arnaldo Prieto (PFL-RS)
- 3.17. Ministério das Relações Exteriores: senador Mendes Canale (PMDB-MS)
- 3.18. Ministério da Saúde: deputado Jofran Frejat (PFL-DF)
- 3.19. Ministério do Trabalho: deputado Doso Coimbra (PMDB-RJ)
- 3.20. Ministério dos Transportes (parte geral, Geipot, DNER): deputado José Carlos Vasconcelos (PMDB-PE)
- 3.21. Ministério dos Transportes (Portobrás, Empresa de Navegação da Amazônia, Companhia de Navegação do São Francisco, Serviço de Navegação da Baía do Prata, Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre, Companhia Brasileiro de Trens Urbanos): senador Ruy Bacelar (PMDB-BA)
- 3.22. Ministério da Cultura: aguarda definição
- 3.23. Ministério da Habitação e Desenvolvimento Social: deputado Genebaldo Correia (PMDB-BA)
- 3.24. Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário: aguarda definição.

4. Encargos (Anexos e Subanexos) Diversos

- 4.1. Receita e texto da lei: deputado Nyder Barbosa (PMDB-ES)
- 4.2. Encargos Gerais: deputado Walmor de Luca (PMDB-SC)
- 4.3. Serviços da dívida da União: senador João Castelo (PDS-MA)
- 4.4. Transferências a Estados, Distrito Federal e municípios: deputada Maria de Lourdes Abadia (PSDB-DF)
- 4.5. Encargos financeiros da União: deputado Santinho Furtado (PMDB-PR)
- 4.6. Encargos previdenciários da União: deputado Ziza Valadares (PSDB-MG)
- 4.7. Orçamento das operações oficiais de crédito: deputado Max Rosenmann (PMDB-PR)
- 4.8. Reserva de contingência: deputado Saulo Queiroz (PSDB-MS)